

Valor Econômico, 11 de Agosto de 2022.

Distorção orçamentária

Emendas já respondem por 40% do investimento público

Por: Cristiano Romero

No ano passado, as emendas de parlamentares ao Orçamento Geral da União (OGU) responderam por 39% do total destinado a investimento público. Em 2020, alcançaram 41,7%, segundo dados oficiais do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP). Trata-se de uma novidade. É verdade que a participação das emendas parlamentares nos investimentos vem subindo nos últimos dez anos, mas o fato é que, nos últimos dois anos, deu salto extraordinário.

Na contramão desse movimento, obviamente, a participação das despesas discricionárias do governo federal nos investimentos segue encolhendo - de 83,6% do total em 2016 para 54,5% em 2021. Se vivemos numa República, governados por um presidente eleito diretamente pelo voto direto do povo, esses números mostram gigantesca inversão de valores, algo que pode explicar parte do estado de anomia em que vivemos. Governos são eleitos para governar, redundância necessária nesta hora. Cabe a presidentes eleitos colocar em prática, por meio de instrumentos como o orçamento público, os projetos consagrados nas urnas.

É preciso lembrar que as emendas são de execução obrigatória e que, no caso das famosas RP9 (sigla para indicador de resultado primário), formuladas pelo relator da proposta orçamentária no Congresso, a sociedade sequer é informada da destinação dos recursos -este é o paroxismo do viés antidemocrático por que atravessa a lei orçamentária. Apesar da obrigatoriedade de liberação dos recursos das emendas, na prática o dinheiro não sai em sua totalidade - o país perde duplamente: as emendas pulverizam os recursos, que se tornam insuficientes para realizar obras relevantes; e, no fim, o dinheiro é liberado parcialmente e entra na conta de restos a pagar, prejudicando as obras em curso.

O avanço do Congresso na definição dos investimentos é o capítulo mais recente da democracia brasileira, sem partidos fortes, siglas sem programas de governo, ideias, propostas para o país. Nenhum presidente desde a redemocratização governou sem fazer alianças à direita ou à esquerda. “Será que [a força do Centrão] é só por causa do governo Bolsonaro? O Centrão tem poder efetivo”, diz Pécio Arida, um dos formuladores do Plano Real, lembrando que outra demonstração de poder do Centrão foi o “exagero” do fundo eleitoral.

Nos tempos de inflação crônica, aprendemos que o Orçamento Geral da União era uma completa peça de ficção. Como as receitas arrecadadas pelo governo eram indexadas à inflação e as despesas, não, o setor público equilibrava as contas de maneira rudimentar - postergando gastos para os últimos meses do ano, quando seu valor real já havia sido corroído pela forte alta dos preços.

Para a geração nascida entre as décadas de 1980 e 1990, que não conviveu na vida adulta com superinflação e hiperinflação, entender o efeito devastador da carestia sobre as despesas governamentais, principalmente, os investimentos, pode ter grande utilidade. Depois de atravessar, durante a década de 1970 e o início da de 1980, período de pesados investimentos públicos, realizados por meio de acelerado endividamento doméstico e externo, o Brasil perdeu essa capacidade após a chamada “crise da dívida”, em 1982.

O que vimos nas décadas seguintes foi a contínua deterioração da infraestrutura e dos serviços do país. Isso não impediu que todos os presidentes desde a redemocratização anunciassem planos mirabolantes para aumentar o investimento público. Com a estabilidade de preços trazida pelo Plano Real, desde julho de 1994, o governo perdera abruptamente seu sócio - a inflação alta - para equilibrar as contas.

A este respeito, o incansável Fábio Giambiagi, um dos maiores especialistas do país em contas públicas, conta que, em 1995, quando a espessa poeira da inflação baixou e o gasto público real mostrou-se do tamanho que era mesmo, ele foi chamado a uma reunião de emergência em Brasília para ajudar a achar uma solução. Ninguém ali sabia na verdade o que fazer porque o veto constitucional à demissão de funcionários públicos e à redução do salário nominal e a rigidez orçamentária tornavam a encenação quase irresolúvel.

Desde então, o Brasil jamais logrou zerar o déficit público, embora este não seja, desde a crise mundial de 2008, a prioridade de nenhum país. Mas, folga fiscal nunca tivemos por aqui. Não houve sequer um presidente que não tenha sido obrigado a promover o malfadado ajuste nas contas públicas, cuja definição não escapa do “axioma de [Armando] Castelar [economista do Ibre-FGV]”: ajuste fiscal ocorre quando o governo reduz a disponibilidade de recursos das famílias e das empresas. Com qual objetivo? Ora, gerar disponibilidades para honrar juros e principal da dívida pública contraída a mancheias, ensejando no credor dúvidas sobre o pagamento do débito - quando isso ocorre, os juros vão à

Em qualquer país democrático, a lei orçamentária anual é a mais importante, a mais aguardada. É na elaboração do orçamento onde, em tese, os vários setores de uma sociedade se encontram. O orçamento tem o os instrumentos e o poder, antes de mais nada, de combater o racismo estrutural secular, reduzir desigualdades e, assim, diminuir a distância entre ricos e pobres no Brasil - do contrário, o abismo que nos separa profundamente será cada vez maior e sabotador das chances de sermos uma nação.

Link para a matéria original:
<https://valor.globo.com/brasil/coluna/distorcao-orcamentaria.ghtml>

